

Violência doméstica: um mal sem fronteiras (conclusão)

EVELINA MUCHANGA

O DISTRITO da Massinga era apontado como o que mais casos de violência doméstica registava na província de Inhambane. Porém, os números mostram uma tendência decrescente nos últimos meses, algo que se pode comemorar, mas com cautela.



Comité comunitário discutindo a violência baseada no género na sociedade

A redução de casos de violência na Massinga pode ser resultado do trabalho dos comités comunitários e/ou mes-

mo porque os trabalhadores na África do Sul ainda não tinham regressado à província, observa Laura Machava, directora do Género, Criança e Acção Social

da província de Inhambane.

Explica que, normalmente, os índices de violência tendem a aumentar a partir de Novembro, altura em que os moçambicanos

trabalhadores fora do país voltam às origens, pois alguns já vêm com a informação de que a mulher não lhe foi fiel ou que tinha saídas constantes de casa,

sem justificação, na ausência do marido.

Por isso, muitos, quando chegam, entendem que têm o direito de "fazer justiça". Agridem as

esposas de diferentes formas, usando violência física, psicológica, moral ou financeira.

"Fala-se que Massinga regista muitos casos de violência, sobretudo no período festivo. O distrito tem muitos moçambicanos a trabalhar na África do Sul. Então, quando voltam da RSA, normalmente ouvem aquela fofoca do suposto adultério da esposa, daí que há "muitos casos". É uma coisa silenciosa, não se sabe qual é a magnitude", acrescentou Alberto Cumbe,

gestor de Programas da Rede Homens pela Mudança (HOPEM) em Inhambane.

Dados de Janeiro a Setembro deste ano apontam que Massinga registou 175 casos de violência baseada no género, estando abaixo da cidade de Inhambane, com 290, e do distrito e cidade da Maxixe, com 190 casos.

"É um problema preocupante porque a violência cria sequelas e perturbações na vítima e na família. Há crianças que temos de tirar da família e colocar em

orfanatos e depois reintegrarmos. Temos idosos que sofrem violência até patrimonial. São retirados das suas residências acusados de feitiçaria. Não têm acesso ao acolhimento", lamentou Laura Machava.

A participação de casos de violência às autoridades policiais é outro factor apontando pelos nossos entrevistados como estando a contribuir para a redução da Violência Baseada no Género (VBG) nesta província, em particular no distrito da Massinga.

Lideranças comunitárias que fazem a diferença

ALGUMAS vítimas fazem-se à Polícia por iniciativa própria. Outras são incentivadas pelos líderes tradicionais a proceder dessa forma.

No bairro Bembe, distrito da Maxixe, existe um comité comunitário de luta contra a Violência Baseada no Género (VBG) que está a fazer diferença, trabalhando de forma voluntária.

Os 15 membros reúnem-se quinzenalmente para esboçar estratégias de trabalho, de sensibilizar a comunidade à mudança de comportamento em relação ao tratamento que é dado à mulher e à rapariga.

Muitas vezes eles são o elo de ligação entre as vítimas e as autoridades policiais, pois identificam casos de violência e denunciam à Polícia, que, prontamente, se faz ao local, segundo testemunhou Glória Guelishe, presidente do comité.

Os associados comemoram os ganhos obtidos: "Bembe era o bairro com problemas graves de violência. Assistia-se a muitos casos de homicídios, assassinatos, meninas violadas sexualmente pelos pais, raparigas casadas antes dos 18 anos. Graças ao nosso trabalho e envolvimento de todos, conseguimos estabilizar. Os casos que ainda predominam são os casamentos prematuros".

Lembraram do caso de um idoso assassinado há dois meses pelos membros da família. O seu corpo foi deitado no rio Nhanombe.

"Quando descobrimos sinais de agressão no rio e, na mesma altura, o desaparecimento do idoso do bairro, exigimos que a família nos dissesse onde é que ele estava. Deram mil e uma desculpas. Ora porque se tinha mudado para outro distrito... Solicitámos ajuda à Polícia, que fez o seu trabalho

e a família acabou por confessar que matou o idoso porque não lhes aceitava dar o dinheiro que ele recebia da sua pensão. Isto chocou-nos bastante pela forma como lhe tiraram a vida. Segundo, porque o seu corpo foi deitado no rio que alimenta a população", disse Glória Guelishe.

DIVULGAÇÃO DA LEI

Para evitar este tipo de casos e outros, Vitorino Neves, adjunto-secretário do bairro, explica que de 15 em 15 dias promovem debates onde falam das consequências da violência na família. Divulgam os diferentes instrumentos legais, entre os quais a Lei da Família. Amparam as vítimas e sensibilizam a comunidade a pautar pelo diálogo para a resolução de conflitos.

"Hoje o nosso trabalho está mais facilitado. Temos a ficha única para o registo da ocorrência. Neste cadastro, há espaço onde a vítima assina", explicou.

O comité ensina também aos demais membros da comunidade que não se deve bater na mulher. Ela deve ser respeitada e ver a sua opinião valorizada. "Temos situações de mulheres que abandonam o lar por causa da violência. As crianças sofrem, algumas desistem de ir à escola. Se não há entendimento entre o pai e a mãe, as crianças perdem respeito. A família fica desestruturada", aponta Joana Rovace, membro do comité.

Tanita Simione e António Fernando fazem parte do comité comunitário. Lamentam a degradação de valores morais na comunidade, onde os pais casam as suas filhas em tenra idade, contra todas as consequências que daí advêm. Os mais jovens não respeitam os seus pais.

Acolhimento às vítimas



assistência jurídica, médico e psicólogo).

"Temos aqui tudo o que ela precisa. O que queremos é que o utente, ao entrar no CAI, sintase à vontade e acolhido e, acima de tudo, protegido", anotou Felicidade Niquice, ponto focal do CAI em Inhambane e médica clínica do hospital local.

A maior parte das vítimas que



Acolhimento às vítimas



Felicidade Niquice, médica e ponto focal do CAI de Inhambane

QUANDO a pessoa que sofre algum tipo de violência busca ajuda, normalmente, quer ser ouvida e ter o seu caso resolvido. É nos

Centros de Atendimento Integrado (CAI) ou paragens únicas onde encontra quase tudo o que precisa (serviços de polícia, acção social,

assistência jurídica, médico e psicólogo).

"Temos aqui tudo o que ela precisa. O que queremos é que o utente, ao entrar no CAI, sintase à vontade e acolhido e, acima de tudo, protegido", anotou Felicidade Niquice, ponto focal do CAI em Inhambane e médica clínica do hospital local.

A maior parte das vítimas que se faz a este centro é de violência física, psicológica e patrimonial. As mulheres são a maioria.

"Geralmente, as vítimas chegam com um estado psicológico lastimoso. Temos casos de violência dos mais leves aos mais pesados. Já tivemos casos de mulheres com mãos amputadas. Ela teve uma discussão com o marido. Este pegou na catana e começou a cortar-lhe, provocando facturas graves. A solução foi mesmo amputar o braço", queixou-se Felicidade Niquice.

Marta Elias Massingue, 56 anos, é exemplo disso. Há anos que sofre de violência psicológica e patrimonial. A filha não lhe quer ver na casa por si construída. Acusa-a de ser a autora do insucesso na vida. Devido a este problema, esta mulher, residente num dos bairros da cidade de Inhambane, sofre de tensão alta. Várias vezes



Marta Elias Massingue destrutada pela filha

teve quedas e foi socorrida no hospital local.

"Quando entende me insulta. Aponta-me dedos. Já lhe ofereci uma casa não muito distante daqui para ela viver com o filho, mesmo assim aparece na minha casa para me ofender. O pior é que o meu marido (casados há

38 anos) abandonou a casa. Nos últimos meses já nem telefona. Sei que está vivo e a residir na cidade da Beira", queixou-se Marta.

Felicidade Niquice lamentou o facto de não ter o retorno do desfecho de alguns casos, porque não são julgados com tanta celeridade.

O erro da maioria

POUCOS são os casos de violação sexual que chegam ao Centro de Atendimento Integrado da cidade de Inhambane, dos cerca de 15 a 20 mensalmente registados, pois a maioria é resolvida na comunidade. Só quando não há consenso ou alguma parte não cumpre com o combinado é que buscam ajuda das autoridades.

Por vezes as vítimas chegam tarde, uma, duas semanas ou mesmo um mês depois, numa altura em que já não se pode fazer muita coisa em relação à profilaxia do HIV e contracepção de emergência, por exemplo.

O médico legista deste centro, Gomes Langa, explica as vantagens de se buscar ajuda imediata em caso de violação, sobretudo sexual. Fala de alguns sinais possíveis de observar que provam a consumação do acto e com isso a penalização do infractor.

"No caso de violação sexual, e se for virgem, podem apare-

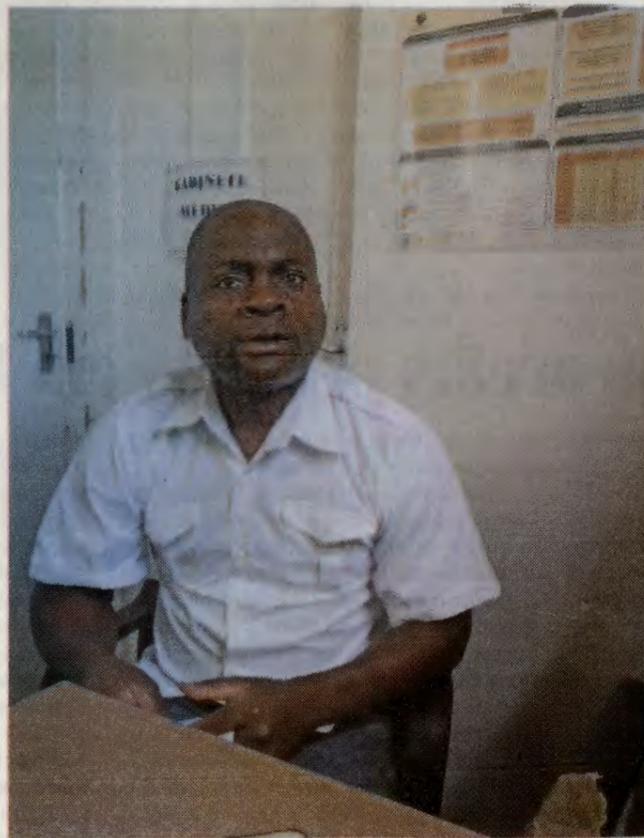
cer sinais de desfloramento, equimoses, lacerações por via vaginal, se for por via anal, pode apresentar lacerações nas pregas laterais, o esfíncter anal tem contractura do esfíncter. A tendência destas pessoas é o desejo de querer fazer necessidades a toda hora. Para além destes sinais genitais, há outros que podem aparecer nas coxas, como escoriações.

Nas agressões físicas, por exemplo, quando a pessoa leva uma chapada aparecem lesões que desaparecem em pouco tempo, e equimoses que levam mais tempo, cerca de 21 dias. Podem aparecer hematomas, que é o acumulo de sangue a nível dos tecidos, e fracturas", disse Gomes Langa.

Lamentou o facto de existirem situações em que a medicina legal não consegue detectar sinais de violação sexual devido à demora na denúncia. Contou o epi-

sódio de uma menina de 13 anos, supostamente abusada pelo avô. Ela (rapariga) revelou que o avô a mandou ir buscar lenha na machamba. Lá, ele teria forçado uma relação sexual com a menor. Quando voltou para casa, contou à avó do sucedido, mas ela ficou indiferente. A rapariga foi comunicar a um familiar. Ela fez-se ao CAI duas semanas depois. No fim da observação não se detectou sinais de violação.

"Infelizmente, estes casos são constantes. Mas nós temos que confirmar o que observamos. Um dos exames que se deveria fazer é a zaragatoa, para ver se pode aparecer espermatozóide na lâmina. Outro exame é de marcadores do sêmen, que podem dizer que a secreção que se encontra no canal genital é de fulano. Mas não realizamos esse tipo de análises. Baseamo-nos muito naquilo que nós observamos", disse a fonte.



Gomes Langa, médico legista, lamenta demora na denúncia em casos de violação sexual

pelos pais, raparigas casadas antes dos 18 anos. Graças ao nosso trabalho e envolvimento de todos, conseguimos estabilizar. Os casos que ainda predominam são os casamentos prematuros".

Lembraram do caso de um idoso assassinado há dois meses pelos membros da família. O seu corpo foi deixado no rio Nhanombe.

"Quando descobrimos sinais de agressão no rio e, na mesma altura, o desaparecimento do idoso do bairro, exigimos que a família nos dissesse onde é que ele estava. Deram mil e uma desculpas. Ora porque se tinha mudado para outro distrito... Solicitámos ajuda à Polícia, que fez o seu trabalho

da comunidade que não se deve bater na mulher. Ela deve ser respeitada e ver a sua opinião valorizada. "Temos situações de mulheres que abandonam o lar por causa da violência. As crianças sofrem, algumas desistem de ir à escola. Se não há entendimento entre o pai e a mãe, as crianças perdem respeito. A família fica desestruturada", aponta Joana Rovace, membro do comité.

Tanita Simjone e António Fernando fazem parte do comité comunitário. Lamentam a degradação de valores morais na comunidade, onde os pais casam as suas filhas em tenra idade, contra todas as consequências que daí advém. Os mais jovens não respeitam os seus pais.

Um pesado fardo



Maria José Arthur explica como a educação determina o Homem do amanhã

EM entrevista ao "Notícias", a antropóloga Maria José Arthur fala de alguns factores que contribuem para o espírito de violência na sociedade, entre os quais a educação familiar e o processo de socialização do indivíduo.

Explica que homens e mulheres são educados pelo mesmo sistema que ensina uns para o mando e outras para a subserviência. Da mesma maneira, as várias instituições sociais reforçam estes papéis tradicionais do masculino e do feminino. A família, a igreja.

"Até em certa medida, a escola, com a impunidade que existe dos professores e funcionários que abusam sexualmente das alunas, manda uma mensagem de que isso é normal", observa.

Entende que em Moçambique existe lei, que foi um grande avanço, mas que nesta altura necessita de revisão. "No entanto, um es-

tudo da WLSA publicado no ano passado mostrou que uma parte dos agentes da Polícia, procuradores e juizes não aplica a lei ou a interpreta de modo a deturpar a intenção da lei, porque não acredita ou nunca concordara com ela. Para estes indivíduos, falam mais alto os seus preconceitos e os valores que receberam da sua educação em casa do que a lei que juraram respeitar", reforçou.

Disse que existem exemplos de como a impunidade generalizada só gera mais violência ainda contra as mulheres. "Não há nenhum (ou muito poucos) elemento de dissuasão por parte do Estado. Portanto, apesar das leis e de se terem secções de atendimento nas esquadras da Polícia, o atendimento às vítimas de violência doméstica continua deficiente e a exigir uma maior intervenção", apelou

Para Maria José Arthur, a

violência doméstica contra as mulheres atinge duramente as suas vítimas, entre as quais se encontram as crianças que vivem nesses lares, em que o pai violenta a mãe. "São crianças que crescerão traumatizadas e algumas até com uma visão distorcida da sociedade e prontas para exercerem violência contra a sua esposa, quando se casarem, se forem meninos, e para a aceitar, se forem meninas.

Às mulheres que vivem numa relação violenta são pessoas que nunca atingirão o seu potencial pleno e que sobreviverão num quotidiano sem esperança e sem promessa de um futuro melhor. Este é um pesado fardo", apontou.

Acrescentou que "enquanto metade das pessoas no país viver neste inferno, é a sociedade que está doente. Como se costuma dizer, a qualidade da democracia mede-se pela maneira como a sociedade trata as mulheres".